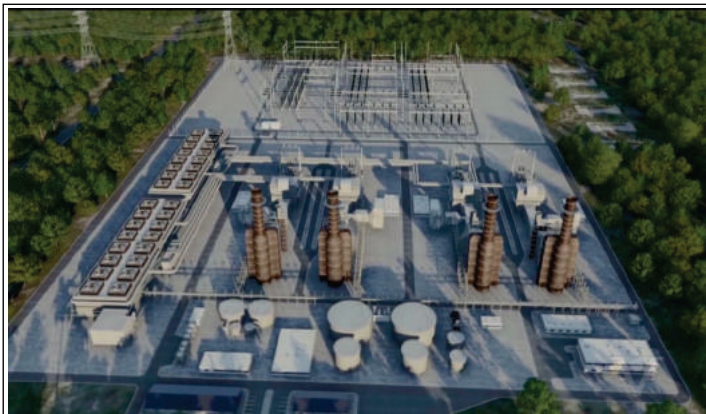


Associação promoveu palestra sobre a instalação da termelétrica a gás natural em Peruíbe




desta em energia elétrica.

A Gastrading, braço do Grupo Léros, ligado a atividades de geração de energia, decidiu implantar uma usina de gás natural em Peruíbe após ter estudado áreas no Rio de Janeiro e em São Sebastião. A usina será instalada em 40 hectares, numa área de 160 hectares, dentro do zoneamento industrial da cidade de Peruíbe, conforme Zoneamento Econômico e Ecológico do Estado de São Paulo.

A tecnologia a ser utilizada na usina é de Ciclo Combinado, que faz o reaproveitamento da queima do gás. De um lado, essa queima cria calor que movimenta uma turbina, gerando energia que será entregue ao sistema. De outro, o aproveitamento da exaustão aquece a água que se torna vapor, movimentando uma

turbina, gerando energia que será entregue ao sistema. Importante ressaltar que este circuito de água-vapor ocorre de modo fechado. A energia gerada será entregue à rede básica via linhas de transmissão, que se estenderão por 92 quilômetros, saindo de Peruíbe, passando pelos municípios de Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Vicente e Cubatão.

A Associação de Engenheiros e Arquitetos de Itanhaém, mediante um event, realizado em sua sede no dia 11 de junho as 19h, q teve a participação de vários profissionais, autoridades do município e convidados promoveu a palestra com a presença do presidente da empresa Alexandre Chioffi, que esclareceu dúvidas importantes e explicou como será a implantação da usina na cidade de Peruíbe e seus benefícios. 

O Sistema Elétrico Brasileiro possui uma complexidade natural que demanda investimentos constantes em metodologia e ferramentas computacionais que auxiliem na tomada de decisão de operação energética.

Atualmente, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) já enfrenta desafios associados aos conflitos pelo uso da água, especialmente em situações de escassez do recurso hídrico, como a que o Brasil enfrentou no triênio 2013-2015; e também desafios diversos associados à manutenção da confiabilidade do sistema frente à baixa geração hidrelétrica associada, recorrendo ao combustível fóssil das usinas termelétricas para atendimento da carga. Esta operação muitas vezes é questionada por ser muito cara, porém é o recurso disponível que deve ser utilizado para manutenção

da segurança no atendimento.

O gás natural é uma fonte de energia versátil, com ampla base de recursos em diversos países, e que pode atender às demandas de vários setores, como o industrial, energético, residencial, comercial e de transportes. O gás natural pode ser consumido diretamente como matéria-prima (uso não energético) e indiretamente, sendo queimado para a geração de eletricidade ou calor. Na indústria e nas edificações é mais comumente utilizado para gerar calor. Nas usinas termelétricas o gás natural é queimado, convertendo energia térmica em energia mecânica e, posteriormente, a conversão



A onda contrária ao projeto da usina vem aumentando dia a dia.



A onda contrária ao projeto de instalação da usina termelétrica de gás natural em Peruíbe, vem aumentando dia a dia. Ambientalistas, professores, políticos e a população em geral estão se manifestando contra a usina na imprensa local e nas redes sociais.

Patrícia Penna, Chanceler Ambiental do Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza, através das redes sociais, se diz muito preocupada com a instalação da usina. Alerta as aldeias indígenas que podem ser impactadas, o aquecimento da água pode prejudicar a fauna e a flora dos rios e afirma que haverá uma grande desvalorização imobiliária por onde passar as tubulações de gás.

Uma frente suprapartidária contra a usina termelétrica em Peruíbe, formada pelos partidos PT, o PSOL, o PC do B, o REDE Sustentabilidade e a APEOESP (subsede litoral sul) vieram a público oficialmente declarar posição contrária à

instalação da usina, através de um manifesto.

“A usina vem com promessas de empregos, desenvolvimento econômico e baixo impacto ambiental. Isso é mentira, e esse manifesto é escrito para alertar a população sobre a verdade. O impacto ambiental será extremamente agressivo. Uma usina termelétrica polui o ar, comprometendo a qualidade de vida de moradores e turistas, causando problemas respiratórios.

Ameaça a vida marinha pois destruirá o berçário natural de peixes e microrganismos, acabando assim com a pesca na região da baixada santista. Causa alta poluição sonora, fazendo com que ruídos ensurdecedores sejam ouvidos a longa distância. As gigantescas chaminés construídas poderão ser vistas de todas as áreas da cidade, sendo mais altas que o "Prédio Redondo", famosa edificação no centro da cidade. A área onde a usina será construída é hoje uma área verde, que será desmatada além de outros impactos ambientais que necessitam de estudos mais aprofundados.

Há também o impacto social do povo que aqui vive e necessita de oportunidades reais de empregos e renda. A usina não oferece tais oportunidades aos moradores locais por necessitar de mão de obra técnica especializada que a cidade de Peruíbe não possui, e por não oferecer cursos profissionalizantes

ou o fácil acesso a eles. Pela forte característica de turismo da cidade, esta é a área que mais precisa de investimentos no momento, para não alterar o perfil do município e para não deixar desamparadas as milhares de famílias peruibenses que dependem desse mercado. Afinal, quantos empregos a cidade perderia com essa descaracterização?”

O manifesto salienta também o perigo real de explosões e incêndios e a mobilidade urbana que será totalmente prejudicada devido ao intenso movimento de caminhões e veículos de obra.

Coletivo Rosa Zumbi e Primeiro de Maio também divulgaram suas opiniões e posicionamentos sobre a usina: “Trata-se de um absurdo e obscuro projeto que os donos do dinheiro querem impor. É tarefa urgente lutar contra a usina. Os lucros não podem estar acima das nossas vidas, saúde e meio ambiente.

Uma possível instalação da usina, ao contrário do que dizem os apologistas que buscam lucrar, afetar a cidade de tal forma que poderá inclusive aumentar o desemprego em outros setores, não desenvolverá Peruíbe e toda a Baixada Santista será impactada.

Os caminhos para o desenvolvimento não podem ser sinônimo de degradação ambiental e promessas vazias de empregos que depois não se confirmarão, e mais grave, teremos um resultado

O Instituto Maramar apontou erros no EIARIMA da Termelétrica de Peruíbe e pede suspensão das audiências públicas para o seu licenciamento ambiental.

O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) elaborados pela Gastrading Comercializadora de Energia S.A referentes à construção de uma usina Termelétrica em Peruíbe ignoram as normas do Zoneamento Ecológico e Econômico do Setor Costeiro da Baixada Santista (ZEE - BS), que é uma das principais legislações ambientais do Estado.

Ao identificar o que chamou de “existência de vícios de procedimentos insanáveis cometidos pelo Empreendedor”, o Instituto Maramar fez uma solicitação formal à Fundação Florestal para que as audiências públicas do processo de licenciamento ambiental da Termelétrica sejam suspensas.

O problema também são os movimentos populares dos municípios e veranistas contra a instalação da usina. Esses movimentos vem aumentando a cada dia, juntando-se as associações e ong's contra o projeto. Vereadores e o Prefeito da cidade de Itanhaém ainda não se manifestaram sobre o posicionamento do poder legislativo perante esse assunto tão complexo e de difícil entendimento. Vamos aguardar. 🌸

CREA-SP realizou o 2ª Reunião do Colégio de Entidades Regional em Serra Negra



O CREA-SP realizou nos dias 1 e 2 de julho, no Grand Resort Serra Negra, a 2ª Reunião o XVI Seminário Estadual de Fiscalização.

O objetivo do encontro foi o de auxiliar no planejamento estratégico do sistema, na elaboração de Atos específicos de interesse geral das profissões, bem como na política de formação, especialização e atualização de conhecimentos para os profissionais do Sistema Confea Crea.

“O principal investimento que uma empresa pode fazer para melhorar a qualidade do seu atendimento é isso que vocês estão fazendo aqui. Quando a gente está feliz, contente, o olho da gente brilha. Hoje pudemos rever amigos que há muito tempo a gente não via. A satisfação que a gente tem. O olho mostra o espírito da gente. É um momento de muita alegria, de muita satisfação”, disse o presidente do Confea.



Placa de Obra dever legal e valorização profissional Infratores poderão ser multados

Durante sua execução, toda obra, serviço ou instalação feitos por profissionais da área tecnológica devem ter uma placa de identificação. A placa de obra tem o objetivo de mostrar para a sociedade que os serviços realizados naquele local possuem responsáveis técnicos/profissionais legalmente habilitados.

Além de ser um dever do profissional responsável pela atividade técnica, estabelecido no art. 16 da Lei Federal nº 5.194/66, a placa de obra é um mecanismo de valorização profissional, pois permite a divulgação do trabalho profissional de sua autoria.

A placa deve ser colocada em local visível e legível do lado da via pública. As dimensões e o material utilizado na confecção da placa ficam a critério do profissional, desde que garantam essas condições de visibilidade e legibilidade.

Estas são as informações mínimas que devem constar na placa de identificação:

Nome do profissional
Título profissional
Nº de registro no Crea
Atividade(s) pela(s) qual(is) é responsável técnico
Nome da empresa que representa (se houver)
Número da(s) ART(s) correspondente(s)
Dados para contato

O Crea-SP vem orientando os responsáveis técnicos para que regularizem a situação de suas obras e providenciem a instalação da placa. Obra sem placa está irregular e os infratores estão sujeitos ao pagamento de multa.

A placa reforça na memória coletiva a ideia de que aquele serviço técnico está associado a um profissional devidamente habilitado, o que, além de valorizar esse profissional, traz um sentimento de segurança para a população.



Colégio Estadual de Inspetores e XVI SEFISC em Campos de Jordão



O Crea-SP realizou no dia 23 de junho, no Centro de Eventos André Franco Montoro, em Campos do Jordão, a Reunião Estadual do Colégio de Inspetores, em que o Presidente do Conselho, Eng. Vinicius Marchese Marinelli, apresentou o resultado das ações de fiscalização empreendidas pela Força Tarefa Inter-Regional do início do ano até o mês de junho.

O encontro Estadual em Campos do Jordão

reuniu cerca de 1.400 profissionais nas funções de Inspetor, Inspetor Chefe e Inspetor Especial, que ouviram do Presidente do Crea-SP a informação de que

“2017 foi o ano em que mais fiscalizamos em toda a história do Conselho, e isso apenas no primeiro semestre”.

Na manhã de sábado, 24/06, no mesmo local, o CREA-SP deu início a o seu mais

importante evento de fiscalização, em sua

16ª edição o Seminário de Fiscalização SEFISC 2017, aproveitando para colocar o enorme contingente do Colégio de Inspetores ao lado de seus Agentes Fiscais, Conselheiros, Diretores e gestores da área, além de Presidentes de Entidades de Classe e outras lideranças da Engenharia e da Agronomia no Estado, num total de quase 1.800 profissionais.

Os dois eventos contatam com presença do presidente da AEAI Eng.º Agrônomo Vinicius Camba de Almeida,

a Conselheira do CREA-SP Eng.ª Eloisa Claudia Mota,

o Inspetor Chefe da UGI Eng.º Civil Hilman E. Kruger e o Inspetor de Química Eng.º Químico Airton R. dos Santos. 🌸

Sistema
CONFEA **CREA** **MUTUA**

**ENCONTRO NACIONAL
ENGENHARIA CIVIL**

12 A 14 DE JULHO | SÃO PAULO - SP

